

DF - Brasília

ENTREVISTA / CLAYTON AGUIAR

Guilherme Queiroz

“Câmara faz leis irresponsáveis”

À frente do órgão responsável pela gestão da área tombada como Patrimônio Cultural da Humanidade, o administrador Regional de Brasília, Clayton Aguiar ergueu em sua posse, em 6 de janeiro de 2002, a bandeira da preservação. Garante que desde o início de sua gestão nenhuma nova autorização para fixação de quiosques, outdoors e engenhos publicitários em áreas públicas do Plano Piloto foi concedida. Esse trabalho, afirma, enfrenta obstáculos partidos de áreas como o Judiciário e a Câmara Legislativa. Para ele, recentes decisões de ambas prejudicam suas imagens perante a sociedade, como no caso das concessões de liminares autorizando a instalação de 18 frontlights pelo Tribunal de Justiça do DF, e pelas leis aprovadas no Legislativo legitimando a permanência de quiosques e ambulantes na área tombada. “Leis irresponsáveis como essas é que levam a Câmara a ter sua má imagem”, alfineta. Prestes a completar dois anos no cargo, Aguiar não poupa críticas nem mesmo ao Conselho Gestor da Área de Preservação de Brasília (Conpresb), no qual pleiteia uma cadeira de conselheiro. Sobre o órgão, afirma que precisa definir melhor suas atribuições e não extrapolar seu papel de órgão defensor do tombamento para o de um legislador.



Fotos: Monique Renne

– Em 2004, vimos o Tribunal de Justiça autorizar a colocação de 18 outdoors na área tombada. Como decisões como essa mexem com o trabalho da Administração de Brasília?

– A gente bate de frente com uma situação inimaginável. Um juiz concede licença para um cidadão desrespeitar a lei e o administrador fica assistindo sem poder fazer nada quando ações criminosas como essas são perpetradas com a cobertura do Judiciário. Não sei qual é o critério que os juízes usam para isso, mas no caso específico nós demos todas as informações de que precisava mas o juiz manteve a decisão autorizando o cidadão a instalar os equipamentos. No entanto, a própria lei, o Plano Diretor de Publicidade (PDP) já é auto-aplicável quando diz que o Eixo Monumental e o Eixo Rodoviário são protegidos. Ou seja, nada pode ser instalado.

– Mas estão autorizados pela Justiça. Como se resolve essa situação?

– Mesmo que fosse autorizado, teria de se submeter a uma licitação. O argumento usado pelo empresário foi de que a administração havia aprovados outros outdoors, mas nenhum foi autorizado. É possível que existam outdoors irregulares e alguns, que as pessoas instalam na calada da noite, têm sido derrubados. Entre os planos para o ano que vem está a compra de uma motosserra para ajudar na fiscalização. Nós vamos derrubar sem prévio aviso todo outdoor que estiver sem licença.

– Está dentro das atribuições legais da Administração executar uma derrubada sem notificação?

– À Administração de Brasília cabe zelar pelo patrimônio público, e isso é zelar. Qualquer cidadão que encontrar uma faixa no meio da rua pode retirá-la. Não há necessidade de dar prévio aviso para quem invade área pública, porque quando invadem não avisam que vão invadir. Brasília não precisa do tipo de empresário que faz esse tipo de coisa, que pelo lobby tenta se sobrepor à lei.

– Mas já houve casos em que a própria Câmara Legislativa interferiu a favor de empresários. Isso não é um golpe nas atribuições da Administração?

– No caso da Academia de Tênis, em junho, foi no mínimo uma intromissão indevida do Legislativo em assunto do Executivo. A questão do lobby faz parte da vida democrática. Nós repudiamos a iniciativa porque havia parlamentares tentando defender o indefensável. O parecer elaborado pela Seduh pouco depois confirmou o que havíamos dito: que há inúmeras irregularidades na Academia de Tênis. Ficou mal para a Câmara.

– Para a população, a remoção dessas irregularidades parece andar a passos lentos, o que tem gerado críticas no Conpresb, onde a Administração ocupa uma

cadeira de visitante. Isso não atrapalha a comunicação entre os órgãos?

– Eu não entendo um Conpresb sem um assento para a Administração. Deixei isso consignado na ata da última reunião porque nossa presença é requisitada em todas os encontros, já que os assuntos nos dizem respeito. Na ocasião, recebemos a promessa da secretaria de Desenvolvimento Urbano, Diana da Motta Meirelles, que a partir do ano que vem vão tentar fazer essa modificação para inserir o órgão.

– Percebe-se nas reuniões que os conselheiros trazem críticas que resvalam na gestão da Administração.

– As críticas são bem-vindas. O que eu não posso admitir são críticas levianas, levantamentos de suspeções incabíveis. As pessoas precisam entender que o papel do Conpresb é maior do que ele tem sido. O conselho existe para tratar das grandes questões de Brasília. Naquilo que já está devidamente equacionado por uma lei, não há porque o Conpresb se meter. Para isso existe a fiscalização urbana, de meio ambiente.

– Quais seriam, então, as funções ideais do Conpresb?

– O Conpresb tem um papel importantíssimo mas precisa tomar cuidado para não cair na pequenez. Precisa se ater a suas competências que é cuidar do macro. Se já existe uma lei prevendo determinada situação, eu não quero ir lá ouvir dizerem que não concordam com isso. A lei está aqui para ser cumprida. Quem não concorda com isso tem de trabalhar dentro da democracia para mudar a lei. Outra coisa que eu tenho visto é que o Conpresb tem servido de palco para algumas pessoas tentarem se projetar perante a sociedade de Brasília, e não é para isso que ele existe.

– O Conpresb tem servido então de alavanca política para conselheiros?

– Seguramente existem pessoas

ali com essa determinação, inequivocavelmente. Acho até legítimo que as pessoas usem qualquer tipo de canal para se projetar na política, mas não desvirtuando a finalidade do órgão, não querendo criar celeumas em cima de coisas que não existem. Há verdadeiras batalhas de Itararé travadas ali dentro que não têm outro objetivo senão dar mídia para aquelas pessoas que estão ali, falando de casos específicos, é claro.

– Que casos, por exemplo, estariam sendo usados para projeções políticas?

– O caso do Ilhas do Lago é um caso específico disso. É uma situação para a qual existe uma lei específica, criada pelo ex-governador Cristovam Buarque, que mudou a destinação da área de clubes para hotel. As empresas deram entrada no projeto na Administração, foi analisado à luz da legislação vigente, foi aprovado, não há o que discutir. O que poderia ter sido discutido é se houve algum erro na aprovação, se algo foi mal feito, mas não se concordam ou se não concordam, se acham um absurdo. Não cabe essa discussão. Foi um caso em que eu vi nítida intenção política. Vão mexer, vão revolver e não vão achar nada. Vai ser construído porque a legislação permite.

– No caso do Ilhas do Lago, os conselheiros apontaram brechas na lei que amparou a aprovação do projeto...

– Toda lei tem esse tipo de coisa. A lei é imperfeita porque ela é feita por seres humanos, mas não há o que contestar. Se alguém quiser contestar o caminho é a Justiça. Eu não vi ninguém tomar esse caminho, vi gente tomar a direção dos jornais.

– Recentemente, a Câmara Legislativa aprovou uma lei permitindo áreas de até 250 m² para quiosques, outra liberando a permanência dos ambulantes na plataforma superior da Rodoviária do Plano Piloto. Como a Administração irá proceder em relação a essas leis?

– Essas leis não existem.

– Mas estão aprovadas.

– Estão aprovadas mas não estão regulamentadas e não vão ser executadas nunca. A lei dos quiosques, por exemplo, do deputado Jorge Cauhy (PFL) está baseada no Estatuto das Cidades mas não existe lugar em Brasília onde seja possível instalar um quiosque de 250 m². Essa lei nunca vai ser aplicada e para tal precisa dizer aonde pode-se colocar o quiosque, que tamanho terá, para que irá servir... Sem esses detalhes, podem fazer quantas leis quiserem que vão estar apenas iludindo as pessoas que vivem desse trabalho e acham que estão tendo seus problemas resolvidos.

– E quanto à lei, de autoria do deputado José Edmar (PMDB), que permite a permanência dos ambulantes na Rodoviária?

– Essa lei é uma aberração. Querer instalar os camelôs entre o Conjunto Nacional e o Conic, que me desculpe o deputado, eu nunca vi um absurdo tão grande na minha vida. Isso é coisa de quem não tem compromisso com a cidade. O deputado está fazendo para seus eleitores mas não está preocupado com Brasília.

– Mas não foram leis como essas que quase resultaram na prisão do senhor, quando obrigaram a Administração a emitir alvará para a construção de um posto de gasolina em um supermercado?

– Essa lei já foi derrubada e a obra foi interditada. Quando se vive em um estado de direito, está-se sujeito a essas aribulações. São leis irresponsáveis como essas que levaram a Câmara Legislativa a ter a imagem negativa que tem hoje e que sem dúvida nenhuma vão fazer com que o Legislativo tenha sua maior renovação nas próximas eleições. Há deputados que estão trabalhando para piorar a imagem da Câmara.

– Como explicar a lentidão na solução de problemas antigos como o dos permissionários da Galeria dos Estados?

– São demoradas porque existem seres humanos envolvidos. Há o lado que o administrador acha que é e o outro que o que manda a lei. Eu acho que as pessoas que estão ali há 20 ou 30 anos deveriam permanecer mas a lei diz que tem de haver licitação. Eu vou cumprir a lei. Estamos tendo o cuidado para ver se há como minimizar as consequências para os que estão lá regularmente. Vamos chegar à licitação, buscar formas como dar a eles o direito de preferência. A Procuradoria Geral do DF está analisando a fórmula.

– E quanto às outorgas ainda existentes para quiosques, bancas de jornais e outdoors?

– Eu acredito que só devem haver quiosques onde não há o comércio regularmente estabelecido. Portanto, não há justificativa para se colocar um quiosque no Setor Comercial Sul.



São leis irresponsáveis como essas que levaram a Câmara Legislativa a ter a imagem negativa que tem hoje e que sem dúvida nenhuma vão fazer com que o Legislativo tenha sua maior renovação nas próximas eleições.



Querer instalar os camelôs entre o Conjunto Nacional e o Conic, um absurdo como nunca vi, é coisa de quem não tem compromisso com a cidade.